

Editorial

A materialização do projeto ético-político do Serviço Social em tempos de capitalismo financeiro

Editorial – The materialization of Social Work’s ethical-political project in times of financial capitalism



Este é um tempo de capital que se metamorfoseia, se mascara e, de modo sutil, busca a mercantilização de todo e qualquer espaço da vida humana. São processos que não se mostram de pronto; são materializados via operações financeiras, cartões de crédito, criando uma cultura mercantil naturalizada, inclusive nas relações pessoais que, de modo subterrâneo, se insere e mobiliza todos os espaços da vida social em seu favor. Neste nível de desenvolvimento do modo de produção capitalista, a cultura assume papel central, e aqui se fala de cultura como modo de pensar, inculcado sutilmente na opinião pública, conformando processos e valores, absorvidos progressivamente até se constituírem parte do modo de vida. Os processos de alienação são muito mais intensos e sutis no tempo presente, valendo-se da apropriação de categorias fundamentais ao trabalho, como a solidariedade, a participação, a cooperação, a qualidade que, distorcidos e apropriados de modo reducionista, são colocados a serviço do capital.

Processos como o desmonte sutil de formas organizativas, criminalização de movimentos sociais, usando a opinião pública manipulada para destituir o que seriam estratégias de fortalecimento contra-hegemônico, enfraquecem as potencialidades de resistência. Na mesma perspectiva contribuem para reprodução ampliada dos interesses de acumulação do capital a judicialização de expressões da questão social, destituindo serviços, processos e fluxos, pondo em xeque a responsabilidade do Estado, impondo a precarização no acesso a bens e serviços públicos, a banalização da violência e da pobreza e o deslocamento de suas causas dos contextos que as originam (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006). Por outro lado, o estímulo e aprofundamento do individualismo egoísta, da competição acirrada entre os trabalhadores, da autoculpabilização por fracassos, da descartabilidade da mão de obra, da oferta de inclusão precária para o mascaramento de processos de exclusão, reduzindo a força da luta social para a ela contrapor-se, são também processos que marcam o capitalismo contemporâneo, profundamente depredador da vida, da natureza, da ética, do humano.

Segundo Tonet (2009, p. 109), um dos aspectos centrais da crise contemporânea parece ser a “contradição entre a enorme potencialidade produtiva que existe hoje e a impossibilidade de realizar essa produção e colocá-la à disposição de toda a humanidade”. Mas por quê? O capitalismo na verdade precisa manter a escassez, porque a abundância rebaixaria os preços de tal forma que ameaçaria o lucro e a acumulação capitalistas, que são as bases do sistema.

Ora, projeto significa proposta, perspectiva, orientação. Qual é o projeto que orienta a lógica capitalista? Ampliar as formas de exploração e acumulação nas mãos dos detentores do capital, independentemente do que isso possa significar em termos de prejuízos ao conjunto da humanidade. Quando alguns nichos de mercado já estão esgotando suas possibilidades de gerar mais lucros, novos modos de exploração são inventados ou reinventados: o trabalho precário, o trabalho doméstico, o trabalho invisível. Quantas horas trabalha-se em casa, nos computadores ou celulares, sem que isso seja computado como horas de trabalho? O desenvolvimento tecnológico deveria reduzir o tempo de trabalho, mas, ao contrário, substitui a mão de obra, gerando desemprego ou sobretrabalho invisível. A tecnologia, se colocada a serviço do trabalho, possibilitaria a sua humanização, mas é utilizada para

ampliar a exploração, em que pese o reconhecimento dos avanços que ela possibilita, que em hipóteses alguma podem ser negados. A priorização sistemática de interesses privados é o que se coloca em xeque, e não o avanço do conhecimento e da tecnologia.

As políticas públicas perigosamente passam a ser apreendidas como novos nichos de mercado. Hoje se constitui um grande negócio a mercantilização da saúde, da assistência, da previdência e do ensino, áreas que têm gerado cifras imensas. Sob o discurso do empreendedorismo e da sustentabilidade, muitas vezes se precariza a oferta de serviços de qualidade, mascarando o que é subjacente a estes processos, a ampliação do lucro. As instituições querem, antes de bons profissionais, éticos, capacitados a trabalhar com sujeitos, grupos, movimentos sociais, bons captadores de recursos.

Mas, como ficam, diante desse quadro, os projetos de formação, de universidade, os projetos profissionais? No caso do Serviço Social, o projeto ético-político se orienta por valores diametralmente opostos, por uma nova forma de sociabilidade, mais justa, menos desigual, onde não haja exploração e subjugação, onde haja respeito à diversidade e o conjunto dos sujeitos independentemente de etnia, sexo, faixa etária, orientação sexual, sejam reconhecidos, valorizados e tenham acesso aos bens materiais e simbólicos produzidos socialmente.

A ética trata de valores que dão diretrizes e orientam a ação, mas, além de ético, o projeto é também político, porque a política implica assumir posições e materializá-las de modo estratégico (MENDES; AGUINSKY; PRATES, 2006). O projeto ético-político é, portanto, o conjunto de valores, opções e estratégias a eles associados que, definidos pelo coletivo profissional, orientam o trabalho profissional e por consequência a formação que lhe dá sustentação, seja ela na graduação ou na formação complementar permanente.

Isto implica reiterar opções coletivas que vão desde posições mais amplas em relação à leitura de homem, sociedade e ciência, até as posturas que precisam ser garantidas no exercício cotidiano de trabalho. O projeto profissional do Serviço Social, ao optar por uma orientação inspirada na leitura do materialismo histórico e dialético, assume como fundamental essa interconexão, porque a primeira questão central a ser considerada é que o particular e o universal são profunda e necessariamente interligados e é preciso que haja coerência entre o que se analisa em termos de macroestrutura e o modo como se realiza a sua mediação com o tempo miúdo da vida humana, para usar uma expressão de Yazbek (2009).

Se um dos valores profissionais centrais é a defesa intransigente de direitos contra qualquer forma de discriminação, não se pode, por exemplo, ser tolerante com estigmas e discriminações no espaço da sala de aula, do trabalho em equipe ou nas reuniões de rede ou de conselhos, para além do atendimento direto aos usuários. Ao reconhecer como inadequada a invasão da vida de um trabalhador por seu empregador, ocupando sutilmente todos os espaços de sua vida, subsumindo suas relações familiares, de vizinhança, de amizades, as relações de trabalho em favor dos interesses da empresa ou instituição, não se pode, do mesmo modo, admitir como natural a invasão de um país a outro para impor seus valores e sua cultura em nome de uma pseudodemocracia. Na verdade, em todos os casos trata-se de dominação de sujeitos, grupos, famílias e países, que, embora em âmbitos diversos, tem como raiz comum o processo de dominação, explícito ou sutil, de uma classe sobre a outra.

O fortalecimento de uma profissão como o Serviço Social é fundamental, tanto para o reconhecimento de sua importante contribuição junto às demais áreas com as quais dialoga como e especialmente porque se vive num tempo de recrudescimento absurdo da questão social que se materializa em todos os âmbitos e níveis da vida na sociedade, marcada pela violação de direitos de toda a ordem, o que é agravado pela fragilização dos espaços de resistência. Logo, um Serviço Social crítico, vigilante e comprometido com a garantia de direitos nunca foi tão necessário. Mais do que nunca, é fundamental dar visibilidade às desigualdades que estão no âmago da luta de classes, para contribuir com a redução das desigualdades, fortalecendo a resistência dos sujeitos sociais na busca por novos patamares de sociabilidade.

Desocultar, desnaturalizar, provocar processos reflexivos, reconhecer e valorizar o protagonismo dos sujeitos sociais, sejam eles crianças, moradores de rua, portadores de sofrimento psíquico, idosos, apenados, em todos os espaços, é fundamental. O assistente social tem acesso a muitos espaços onde se produz e reproduz cultura de subalternização e de resistência. Por isso, precisa ter consciência da relevância desses espaços e do seu compromisso ao ocupá-los. Por exemplo, não se pode falar em nome dos sujeitos, e sim estimular a criação de espaços para que eles próprios falem em seu nome e se capacitem nesse processo; afinal, a participação efetiva fortalece a autonomia dos sujeitos e é potencialmente geradora de mais participação. No entanto, quem não tem acesso à informação acaba por ter a possibilidade de participar limitada, na medida em que participar significa especialmente ter a possibilidade efetiva de tomar decisões.

A comunicação, na era digital, ocupa um lugar ainda mais central para viabilizar a inclusão; entretanto, como contraponto, a sua interdição inviabiliza o acesso. Um importante desafio ao trabalho profissional é, portanto, contribuir para o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios.

Mas quais? Aqueles que instigam a mobilização, a organização, a capacitação nos processos dos quais os sujeitos participam, que viabilizem a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento crítico, que acolham e realizem mediações substantivas – o que requer capacitação permanente dos profissionais, relação teórico-prática sistemática, análises e estudos consistentes a serem socializados com os sujeitos usuários dos serviços – de modo que se possa afirmar efetivamente o projeto ético-político, para além da intenção e do discurso.

A materialidade de uma profissão se conforma no significado social que assume historicamente e que se explicita no modo como ocupa e se insere nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde atua. Fala-se, portanto, de processos identitários assumidos por um coletivo profissional e reconhecidos socialmente como atribuições e competências desse coletivo, mas não apenas instituídos a partir dos documentos e do discurso efetivado por esse coletivo, embora esta seja uma etapa de extrema relevância, mas por sua capacidade de mediá-lo efetivamente na realidade concreta com a qual se defronta cotidianamente. Em última instância, quem dá legitimidade a uma profissão são os usuários de seus serviços e o resultado social daquilo que se realiza, seguramente condicionado pelas condições de trabalho e pelo assalariamento.

Essa profissão surge como resultado de um processo histórico no âmbito do desenvolvimento da luta de classes, por uma necessidade do capitalismo em desenvolvimento de legitimar-se, resguardando a hegemonia da classe dominante, tendo no Estado um dos instrumentos fundamentais para a manutenção dessa dominação, como também a educação e o direito que conformam a superestrutura, como já destacava Marx (2011).

Embora o Serviço Social tenha direção social definida e um projeto ético-político fundamentado em valores claramente explicitados, sabemos que, por ser contra-hegemônico ao trinômio que sustenta o capitalismo, qual seja a exploração-acumulação-alienação, sofre constantemente reveses.

Falar dos valores que orientam o trabalho do assistente social hoje é reconhecer o compromisso social com a construção dessa contra-hegemonia direcionada,

para o fortalecimento e aplicação do conhecimento em prol da redução da desigualdade, pelo enfrentamento da pobreza, para o acesso de todos a bens e serviços que garantam uma vida digna, pelo fortalecimento e organização das classes subalternizadas da sociedade, para que o controle social das políticas públicas e da política econômica seja desenvolvido de baixo para cima (YAZBEK; SILVA, 2005, p. 30).

Ou, ainda conforme Iamamoto (2002), atuar “na transversalidade das múltiplas expressões da questão social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam”.

Para tanto, enfrentam-se muitos desafios, que passam pela compreensão das lógicas do capitalismo contemporâneo, pela reestruturação produtiva e suas repercussões no mundo do trabalho, pelos processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral, pelo reconhecimento de que a opção pelo ideário neoliberal reedita programas seletivos e focalizados de combate a pobreza, estimulando a redução da ação do Estado.

Mas o processo de contra-reforma também invade a Universidade, espaço por excelência para a produção de um conhecimento crítico acerca da realidade e de suas contradições, espaço de formação de profissionais, de parcerias com a sociedade, de produção da pesquisa e do conhecimento.

A universidade operacional (CHAUI, 1999) estrutura-se por estratégias e programas de eficácia organizacional. Utilitária e pragmática, a universidade operacional é a chave do conhecimento tecnocrático.

Yazbek e Silva (2005) destacam que no Brasil, como nos demais países latino-americanos, as reformas educacionais são resultantes de interferências do Banco Mundial e se caracterizam pela “prevalência da lógica financeira sobre a lógica social e educacional, pela falácia de políticas que declaram o objetivo de elevação da qualidade do ensino, enquanto implementam a redução dos gastos públicos para a educação” (YAZBEK; SILVA, 2005, p. 35).

A isso soma-se a flexibilização dos currículos em função do mercado, a pressão pela sustentabilidade e avaliações centradas em critérios definidos pelas agências de fomento internacionais (YAZBEK; SILVA, 2005).

Esses aspectos têm profunda repercussão na materialidade do Serviço Social, como de resto nas demais profissões que têm seus fundamentos pautados em teorias explicativas da realidade, pois os processos de adensamento de análises, que formam a base para intervenções substanciais, são substituídas pela revalorização de procedimentos operativos desconectados de sua relação com processos sociais mais amplos, e isso, conseqüentemente, também acaba por impactar negativamente no conjunto das políticas públicas.

O projeto ético-político profissional “supõe uma formação generalista, sólida, pautada pela crítica social e pela competência teórico-metodológica e operativa orientada pelas Diretrizes Curriculares, pela teleologia do Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão” (YAZBEK; SILVA, 2005, p. 37). Mas este projeto se defronta com os processos flexibilizadores do mercado e com a reforma do Estado brasileiro.

Contudo, como bem destaca Netto (apud YAZBEK; SILVA, 2005, p. 40), os programas de pós-graduação da área “vêm contribuindo significativamente para a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica”, bem como para a qualificação docente, a formação de pesquisadores e profissionais em todo o país, “uma intelectualidade que passou a ser o vetor elementar a subsidiar o mercado de bens simbólicos da profissão”. Esses bens simbólicos também dão materialidade à profissão. Isso contribui significativamente para a consolidação do projeto ético-político-profissional que vem sendo reafirmado nos encontros e congressos da profissão.

São muitos os desafios postos à profissão para materializá-la no tempo presente. Se por um lado sofre-se o desmonte das políticas, a precarização do mercado de trabalho e o desemprego estrutural, tem-se a exigência de profissionais que façam frente a esses processos que acirram as desigualdades, trabalhando no seu contraponto os processos emancipatórios.

No Sistema Único de Saúde – SUS e no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por exemplo, sistemas que materializam conquistas sociais de extrema relevância para a proteção social da população brasileira, em que pesem suas fragilidades, tem-se como eixo central a integralidade, pressupondo a garantia da intersetorialidade e da interdisciplinaridade, referenciadas na categoria dialética da totalidade, embora não a esgotem.

Uma profissão que se orienta pela matriz dialética, onde a interconexão, que caracteriza a totalidade é central, na contramão da fragmentação que caracteriza as políticas neoliberais, tem muito a contribuir para a consolidação desses eixos considerados fundamentais por ambos os sistemas junto às equipes com as quais trabalha e no que concerne à produção de conhecimentos sobre essa mediação (PRATES et al., 2010).

A materialização do projeto ético-político-profissional se efetiva a partir de múltiplos espaços e instrumentos. Os estudos e pesquisas realizados pela profissão e por áreas que com ela dialogam, e sua socialização, visando ampliar a visibilidade das expressões da questão social, são de fundamental importância para adensamento dos debates e para subsidiar intervenções mais substantivas. Na direção do projeto ético-político-profissional, a pesquisa tem um claro desafio, pois está “compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, e é certamente um espaço de resistência e luta. Portanto, trata-se de uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas para o enfrentamento da questão social” (MENDES; AGUINSKY; PRATES, 2006, p. 377).

Nesse sentido, este número da **Textos & Contextos** pretende trazer sua contribuição ao apresentar mais 14 artigos elaborados por pesquisadores oriundos de diversos estados brasileiros e de outros países que problematizam o contexto atual, o trabalho profissional, a metodologia de pesquisa e as expressões da questão social, debatem o tema da seguridade social, das políticas sociais e dos direitos especiais.

Subdividiu-se, portanto, a Revista em três grandes eixos que se interconectam.

No **primeiro eixo**, intitulado **O contexto social e as políticas sociais**, foram agrupados sete artigos. O artigo de abertura, cuja tradução foi concomitantemente realizada para língua inglesa, versa sobre as reformas da previdência social brasileira realizadas nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva sob a pressão neoliberal, destacando os argumentos utilizados para justificar a sua implementação, as mudanças efetivadas e alguns resultados decorrentes desse processo.

No mesmo eixo apresenta-se artigo que versa sobre os fundos sociais vinculados às políticas que conformam a seguridade social brasileira e o necessário controle social sobre o financiamento público. O terceiro artigo que compõe este eixo aporta um debate sobre os sistemas de proteção social na América Latina e as ações do Estado para a sua conformação, bem como os impactos das reformas estruturais e do ajuste econômico nesse processo. O quarto artigo problematiza as políticas sociais adotadas pelo Banco Mundial, a partir de uma crítica ao pensamento de Amartya Sen, destacando o vigor da análise marxista para interpretação da pobreza nos países subdesenvolvidos.

O próximo artigo que compõe este eixo versa sobre a gestão participativa, através dos conselhos municipais de saúde, destacando os processos de autorresponsabilização, comprometimento e organização popular como formas de diminuir a distância entre representantes e representados. O artigo seguinte traz para a discussão a política de segurança alimentar brasileira, problematizando o modo como são enfrentadas a fome, a desnutrição e a obesidade.

Por fim, fechando o primeiro eixo, apresenta-se artigo sobre a relação entre o desenvolvimento regional e as políticas sociais. A partir do estudo realizado, os autores mostram que ações decorrentes de políticas sociais têm repercussões diretas nos indicadores de desenvolvimento, especialmente nas áreas da saúde e da educação.

O **segundo eixo**, intitulado **Pesquisa, questão social e trabalho profissional**, articula três artigos, iniciando pela temática da metodologia de investigação social, quando se apresenta um artigo que explicita as relações entre o método marxiano de investigação e o enfoque misto ou quanti-qualitativo, com destaque para o uso da técnica de triangulação.

O segundo artigo traz para o debate o modo como as expressões da questão social se conformaram ao longo da história na Espanha e como vem ocorrendo o seu enfrentamento naquele país, destacando ainda sua relação com o surgimento do Serviço Social como profissão e da assistência social.

O último artigo que compõe este eixo apresenta resultados de pesquisa que versa sobre o trabalho do assistente social nas áreas da gestão e do planejamento, tendo como lócus de análise a política de assistência social, no âmbito da proteção social básica.

Por fim o **terceiro eixo**, intitulado **A garantia de direitos especiais**, trata sobre os temas relacionados ao envelhecimento humano e a juventude. O primeiro artigo aporta resultados de pesquisa, realizada a partir do enfoque misto, sobre o envelhecimento ativo e o direito ao convívio, aportando dados do Brasil e da Espanha sobre a efetividade das experiências, especialmente com grupos de idosos para a melhoria da qualidade de vida nesse estágio do desenvolvimento humano.

O segundo artigo, que também versa sobre o tema do envelhecimento ativo, apresenta resultados de pesquisa avaliativa acerca de projeto social sobre o tema realizado em municípios do RS. A avaliação do projeto social, de âmbito estadual, se efetivou a partir de análises documentais de registros de grupos focais, planos municipais e relatórios de gestão, complementados por entrevistas diretas com gestores.

O último artigo, que finaliza este eixo e as produções deste número da Revista **Textos & Contextos**, aborda a medida socioeducativa de internação, a partir do aporte de reflexões sobre a configuração da adolescência que cumpre medida de internação no Brasil e seus padrões recentes de envolvimento com a criminalidade.

Destaca-se nesse número a existência de quatro artigos que são resultados de pesquisas do tipo misto e um sobre teoria de pesquisa, que aborda este enfoque na metodologia de investigação, além das importantes contribuições aportadas por pesquisadores argentinos e espanhóis, que apresentam debates sobre a seguridade social na América Latina e sobre a questão social na Espanha e sua relação com o surgimento do Serviço Social, produções que já materializam resultados de parcerias realizadas com esses países, o que vem contribuindo para a consolidação do processo de internacionalização do Programa, um dos requisitos avaliados pela CAPES como indicador de excelência. Resta também ressaltar que a problematização de temas de relevância para a sociedade brasileira, como a seguridade social e o debate sobre o fundo público, entre outros, viabilizados pelo conjunto de produções apresentadas no primeiro eixo, são igualmente fundamentais para subsidiar a materialização do projeto ético-político do Serviço Social e para o fortalecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS PPGSS, na medida em que a excelência na área do Serviço Social não pode se restringir à internacionalização, mas abarcar também o debate das questões centrais ao desenvolvimento de processos sociais emancipatórios no âmbito nacional.

Deseja-se a todos boa leitura.

Inverno de 2012

*As editoras**

Referências

AGUINSKY, Beatriz Gershenson; ALENCASTRO, Ecleria Huff de. Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. *Rev. Katálysis*, v. 9, n. 1, p. 19-26, jun. 2006.

CHAUJ, Marilena. Reforma do ensino superior de autonomia universitária. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 61, São Paulo: Cortês, 1999. Pp.: 118 – 126.

IAMAMOTO, Marilda. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília: CFESS, 2002.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

MENDES, Jussara Maria Rosa; AGUINSKY, Beatriz Gershenson; PRATES, Jane. Pesquisa em Serviço Social – o indispensável diálogo ético e político. In: KIPPER, José Délio (Org.). *Ética teoria e prática: uma visão mutidisciplinar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

PRATES, Jane Cruz et al. A produção acadêmica do Serviço Social e da Psicologia sobre a política de assistência social e o SUAS. *Anais do ENPESS*. Brasília, 2010.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: ABEPSS/CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: ABEPSS/CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009.

_____; SILVA, Maria Ozanira da S. e. Das origens à atualidade da profissão: a construção da pós-graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise B. B. de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimentos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

* **Jane Cruz Prates é Bacharel**, mestre e doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, professora da FSS e professora e Coordenadora do PPGSS da FSS/PUCRS, Porto Alegre – RS, Brasil. *E-mail:* jprates@pucls.br

Beatriz Gershenson Aginsky é Bacharel em Serviço Social e Direito, especialista em Direitos Humanos pela ESMPU/UFRGS, doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, professora e Diretora da FSS/PUCRS e professora do PPGSS da FSS/PUCRS, Porto Alegre – RS, Brasil. *E-mail:* aguinsky@pucls.br